

Fronteira como categoria para análise dos problemas ambientais ocasionados pelo aterro sanitário de Marituba (PA)

MOISÉS RITA VASCONCELOS JUNIOR*

Resumo: O presente trabalho elucida teoricamente o debate da constituição da fronteira amazônica e suas atuais perspectivas ao que se refere o desenvolvimento da região e sustentabilidade ambiental. Objetiva compreender como ela se constitui no espaço amazônico relacionando-a com conceitos de território e territorialidade, e como esta é entendida no projeto de desenvolvimento sustentável no discurso dos movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil que defendem novas propostas para o crescimento regional. Partimos da análise de como a categoria fronteira tem se apresentando no município de Marituba-PA, discutindo a implantação do aterro sanitário que está localizado em seu território e que é destino final dos resíduos sólidos produzidos na Região Metropolitana de Belém – RMB, e consequentemente como esse empreendimento tem influenciado na construção de novas visões sobre fronteira.

Palavras-chave: Fronteira; Território; Territorialidade; Crescimento Regional.

Frontier as a category for analysis of the environmental problems caused by the Marituba (PA) sanitary land

Abstract: The present paper elucidates theoretically the debate about the constitution of the Amazonian border and its current perspectives regarding the development of the region and environmental sustainability. It aims to understand how it is constituted in the Amazonian space by relating it to concepts of territory and territoriality, and how it is understood in the project of sustainable development in the discourse of social movements and other segments of civil society that defend new proposals for regional growth. We start from the analysis of how the boundary category has been presented in the municipality of Marituba-PA, discussing the implementation of the landfill that is located in its territory and which is the final destination of the solid waste produced in the Metropolitan Region of Belém - RMB, and consequently as this venture has influenced the construction of new visions on the border.

Key words: Border; Territory; Territorialidade; Regional Growth.



* MOISÉS RITA VASCONCELOS JUNIOR é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (PPDMU-UNAMA).

1. Introdução

A trajetória de políticas de expansão e de ordenamento do espaço amazônico se fundamentaram na visão de que este território é a região central, onde encontram-se os recursos naturais indispensáveis à economia nacional e para a inserção no mercado mundial. Tais projetos podem ser analisados a partir do avanço de novas fronteiras que se criaram no território que surgem através dos diferentes interesses de uso da terra neles imbricados, trata-se da expansão das fronteiras políticas e ideológicas. Cabe então, lançarmos nosso olhar para a relação entre território, as territorialidades que se estabeleceram, e que por consequência geram conflitos que partem de interesses distintos, em vista de compreender os modelos de desenvolvimentos aos quais a Amazônia foi submetida, bem como visualizar a atual proposta de planejamento para esta região que visa ao desenvolvimento sustentável em nível econômico, social e principalmente dos recursos florestais.

Segundo Castro (2012), a alteração territorial que visualizamos atualmente é justamente resultado das transformações que ocorreram na sociedade e na economia, destacando-se as novas exigências do mercado mundial e o foco em setores econômicos, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade. Assim, a constituição da fronteira no processo de desenvolvimento da região amazônica é muito mais do que o estabelecimento de limites geográficos, ao contrário, mesmo estes são construções simbólicas, que carregam interesses e necessidades do modo de produção estabelecido.

Desse modo, torna-se necessário o estudo inicial de como se estabelece a fronteira, nesse caso, como ela se constitui no território amazônico,

apontando como ele se constituiu com base na frente econômica e social, e como esta é entendida no projeto de desenvolvimento sustentável presente no discurso dos movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil que defendem novas propostas para o crescimento regional. Partiremos para a análise de como a categoria fronteira tem se apresentando no município de Marituba, estado do Pará, por meio da discussão da implantação do aterro sanitário que está localizado em seu território e que é destino final dos resíduos sólidos produzidos na Região Metropolitana de Belém – RMB, de como esse empreendimento tem influenciado na construção de novas visões sobre fronteira.

2. Estabelecimento da fronteira amazônica.

Existem diversas perspectivas de abordagem para análise da condição atual da Amazônia no cenário socioeconômico brasileiro, entre elas, a leitura feita a partir da formação sócio espacial à luz do debate sobre fronteira. Para tal, faz-se necessário inicialmente estabelecermos sua relação com os conceitos de território e territorialidade para que possamos compreender qual o seu papel no desenvolvimento amazônico.

Território é entendido como espaço físico onde estão presentes a natureza e os recursos naturais, assim, “território é o espaço da prática. [...] implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço.” (RAFFESTIN, 1980 apud BECKER, 2010, p.03).

Nessa linha, conforme Sack (1986), a territorialidade é a expressão humana da relação com o espaço que tenta afetar, modificar ou manter controle sobre uma

área geográfica específica, que nesse caso é o próprio território.

Então, a territorialidade é o produto construído a partir da atuação das populações que habitam o espaço, dos diversos grupos de interesse, como empresários e empresas, movimentos sociais e o Estado. Este último, se faz valer via políticas públicas ou outras funções político-administrativas, ou através da definição, demarcação e defesa de territórios e fronteiras. Dessa maneira segundo Becker (2010),

[...] A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial; [...] A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos. (BECKER, 2010, p. 04)

A partir e relacionado a compreensão de território e territorialidade, seguimos na discussão sobre a constituição e conceituação de fronteira, e como ela tem se aplicado ao contexto amazônico. Fronteira “é concebida no imaginário social como limite geográfico, cuja imagem traduz os limites espaciais, demográficos, econômicos de uma determinada formação social.” (NASCIMENTO; BASTOS, 2016, p.02).

Entretanto, sua conceituação vai além da dimensão de demarcação ou estabelecimento de limite do espaço, mas também, agrega a essa condição, as relações sociais, especialmente, na expressão dos interesses e necessidades do meio de produção dominante.

Nesse sentido, a dinâmica territorial, ou territorialidade, vem criando novas estruturas urbanas resultante de modelos diversos de apropriação do território, do uso da terra e da acumulação de capital em áreas amazônicas, sendo designada como espaço de expansão geográfica do capital devido concentração e potencial de recursos naturais. “A incorporação da fronteira amazônica ocorreu segundo a lógica de expansão do capitalismo, por compreender um espaço ainda não dominado pelo capital, com uma grande quantidade de riquezas naturais a serem exploradas e com um elevado potencial consumidor.” (NASCIMENTO; BASTOS, 2016, p.03).

Desse modo, conforme Becker (1988), a formação do conceito de fronteira surge a partir da forma de como se dá a apropriação do espaço, e, os tipos de relações que se estabelecem nele, pois, as distinções nesse aspecto resultaram em diferentes construções de projetos políticos, sendo que no caso amazônico, em decorrência da dimensão territorial e de riquezas naturais, assume valor estratégico como reserva de energia mundial.

Nessa linha, a fronteira amazônica possuiu quatro períodos, cada um com suas e estratégias de ocupação do território. O primeiro compreende as décadas de 1950 e 1960, onde o caráter da fronteira voltou-se a questão agrícola. O segundo, por volta de 1969, quando passou a dominar a apropriação especulativa de terras. O terceiro período compreendeu a década de 1980, quando houve o domínio do capital financeiro internacional. E por fim, em 1990 que se moldou por dois processos, um a referente a implantação da fronteira socioambiental e retoma o planejamento territorial da União. (BECKER, 1988)

Processos de diferentes naturezas configuram os elementos que

transformam o território amazônico. Essas mudanças são constatadas na estrutura da economia, no processo de urbanização, na transformação da estrutura da sociedade regional e na implantação de territorialidades socioambientais como Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. O espaço geográfico não é dissolvido, ao contrário, os recursos naturais adquirem novos valores, principalmente a biodiversidade. Estas novas potencialidades devem estar no cerne de uma política de desenvolvimento para a região. Se a revalorização da região a coloca em um patamar geopolítico diferente, a sua importância regional – no contexto sul-americano – deve ser reequacionada e o seu papel na integração subcontinental deve ser reconhecido. (BECKER, 2004).

O processo de mudanças na região começou a partir do que se denomina expansão da fronteira. As terras públicas (devolutas) e a política de incentivos fiscais para a agropecuária atraíram o empresariado do Sul do Brasil para formar grandes fazendas, em particular no vale do Araguaia, onde se concentravam grandes riquezas naturais, principalmente madeira nobre, como mogno. Um outro processo avança na contramão dessa história que é a migração de grandes grupos de trabalhadores sem-terra para essa área, o que a constituiu no maior palco de conflitos agrários deste século no Brasil. Em direção à Amazônia Ocidental se orientou uma corrente “espontânea”, vinda do Centro Sul para Rondônia e Acre, através da estrada Brasília- Acre. Milhares de migrantes chegavam e se deslocavam na direção da estrada Porto Velho- Manaus. Nessas áreas se avolumaram os conflitos de terra como expressão de contradições das políticas de desenvolvimento: de um lado, uma intervenção que

transforma a fronteira física da Amazônia em uma fronteira sociológica: e, de outro, o controle exercido por projetos e instâncias do governo (a exemplo do INCRA) que se distanciam da colonização dirigida e defende a colonização privada, relutando em apoiar a colonização de massas e a expansão da fronteira. (MARIN, 2004, p. 16).

Vale ressaltar, que a fronteira amazônica teve na estruturação das cidades uma das bases do seu desenvolvimento, o que conferiu a região o que Becker denominou de “floresta urbanizada”. A urbanização foi uma estratégia do Estado para a ocupação da região, sendo a fronteira urbana o mecanismo mais rápido de ocupação antecedendo à expansão de várias atividades, dessa maneira, ela passou a ser um espaço de incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social. (BECKER, 2005).

Para Becker (1990) várias razões concorrem para essa urbanização da população nas décadas de 1960, 1970 e 1980. No contexto da fronteira econômica que marcou essas décadas, os núcleos urbanos na Amazônia se tornaram fatores de atração de fluxos migratórios, base da organização do mercado de trabalho e locus da ação político-ideológica com vistas ao controle social. Nessa mesma perspectiva, Machado (1999) destaca a forte mobilidade da população e do trabalho no interior da região; sendo esta mobilidade a principal responsável pelo aparecimento de novas cidades e pelo crescimento de outras. A facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas fez da cidade uma condição para a sua existência. Conforme sustenta ainda Machado (1999), a urbanização não preenche

a simples função de apoio ao povoamento. Ela é mais do que isso: é o elemento organizador do sistema de povoamento, aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual. Nesse contexto, definem-se duas perspectivas de povoamento: uma ordem intencional, dirigida especialmente pelo Estado, e outra de caráter mais espontâneo. (TRINDADE JR. S/D, p. 03).

Nessa linha de raciocínio, a urbanização das cidades da região amazônica foi o elemento essencial de estabelecimento dos limites do capital e de suas áreas de influência. O espaço urbano passa ser um elemento vivo, onde se materializa as relações socioeconômicas, práticas que afetam as estruturas e os papéis das cidades amazônicas, acompanhando a lógica de expansão capitalista sendo utilizadas em virtude das necessidades destes, igualmente, as cidades podem ou não se adequar a realidade do capital e ser incorporada a ele. Desse modo, a formação urbana na Amazônia se deu de maneira desigual, com realidades complexas e diversas em dinâmicas sociais e espaciais diferentes que as torna singular no âmbito de sua formação, conferindo diversas dimensões ao que se considera fronteira e suas implicações para a integração espacial da região.

2.1 A fronteira no desenvolvimento regional amazônico.

Como vimos até aqui, o estudo da fronteira como categoria para a análise do desenvolvimento regional da Amazônia se dá por meio da compreensão de aspectos presentes na constituição de sua formação, em virtude dos diferentes papéis que assume, dos conflitos, das classes sociais envolvidas e suas diferentes temporalidades. E, sendo o desenvolvimento da região amazônica foco do Estado brasileiro na elaboração de políticas públicas para o

estímulo do crescimento como um todo, esta região possui relevância no para todo o país.

Desse modo, as diversas e variadas concepções de desenvolvimento vivenciadas pela Amazônia brasileira é um grande desafio, uma vez que existe diversas visões e entendimentos para esse debate, especialmente nos últimos anos, onde é crescente o debate ambiental de preservação dos recursos naturais, em virtude da exploração descontrolada dos recursos naturais, que em grande parte, ocorre de forma ilegal, onde ainda é possível notar o formato de exploração tradicional em paralelo um modelo desenvolvimento social e econômico regional pautado no uso sustentável dos recursos florestais.

Nessa linha de raciocínio, a concepção de território em sua dimensão político-administrativa vem sendo acompanhada de novos olhares e debates acerca do próprio conceito de território e territorialidade, bem como o de fronteira. Esses elementos são essenciais para que possamos compreender como os limites estão sendo estabelecidos nesta região e como estes podem ser vinculados para a análise do desenvolvimento regional. Assim,

[...] se percebe, as tipologias apresentadas tratam de uma concepção rígida de fronteira, ligada unicamente ao território enquanto ente político-administrativo do Estado. De fato, apesar da análise fechada do território e da fronteira, essas tipologias ajudam a compreender como tem sido tradicionalmente realizada a demarcação de linhas divisórias entre países, Estados e municípios. O caso mais notório de demarcação de fronteiras talvez tenha sido registrado na chamada “Partilha da África”, durante a Conferência de Berlim (1884-1885). Na ocasião, as

potências coloniais negociaram a divisão territorial do continente africano, traçando novos limites fronteiriços de modo arbitrário, desconsiderando o território e a territorialidade dos diferentes grupos tribais lá presentes. Como resultado dessa divisão, grupos tribais aliados foram separados e tribos rivais foram unidas, suscitando uma série de conflitos que até hoje são caracterizados como a denominação geral de “problema das fronteiras artificiais”. Ressalte-se que, como mostra Cataia (2008, p. 8), limites político-administrativos estaduais e municipais, ou seja, as fronteiras internas de um país ou unidade da federação, também expressam projetos políticos diferenciados. (SILVA; TOURINHO, 2017, p. 04).

Conforme Silva e Tourinho (2017), conceber a delimitação de fronteira na Amazônia vai muito além do desenho traçado a partir de seus aspectos naturais, onde o formato de ocupação configura-se por sua descontinuidade, diante disso, as questões relativas ao poder e às novas territorialidades são elementos que estão integrados a esse debate. Então, tomando o desenvolvimento regional da Amazônia pautado na sustentabilidade, e como cenário de lutas que trazem o discurso novas diretrizes para o uso da terra e dos recursos da natureza, a fronteira, nesse sentido configura-se no campo das relações, uma vez, esse modelo de desenvolvimento retoma a disputa do espaço amazônico por seu significado e importância no cenário nacional e internacional.

Ao analisar o contexto amazônico atual podemos visualizar processos que influenciam na dinâmica de construção espacial, econômica e social, criando novas formas de apropriação do solo, dos recursos e estabelecendo diversas

relações que criam novas territorialidades. Tendo em vista

A revolução na microeletrônica e na comunicação gerou um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação, configurando uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica. A Amazônia passou a ser vista, em grande parte, como área a ser preservada na medida em que o novo modo de produzir a valoriza como capital de realização atual ou futura. Simultaneamente, a lógica cultural dos movimentos sociais e ambientalistas, embora por outros interesses de sobrevivência, convergem para a lógica de preservação, gerando esdrúxulas alianças com organizações não governamentais (ONGs) e agências internacionais. Para os diferentes níveis de produtores, contudo, a natureza é a base para obter riqueza e melhores condições de vida, assim como para a sociedade brasileira, em geral. (BECKER, 2010, p.21)

Os conflitos entre 1970 e 1985 caracterizaram-se pelas ações estatais e privadas, sendo que a primeira buscava o desenvolvimento da infraestrutura, já o segundo, o investimento em todos os setores a serem empregados como investimento, em especial para projetos de mineração. Na contramão, a sociedade civil e diversos segmentos sociais passaram a exigir políticas capazes contemplar toda região, mediante a tais reivindicações novos modelos de projetos surgiam, traçando, também, a construção de novas territorialidades. Nessa linha,

A desregulação estimulada pelo vetor ecológico pode significar um movimento para nova regulação associado a um desenvolvimento sustentável mais democrático e flexível ou, pelo contrário, um incentivo à fragmentação. Cumpre ressaltar, por um lado, fato inédito e

positivo no Brasil, qual seja a transferência de terras devolutas do Estado para uso dos seringueiros, caboclos e índios em formas alternativas de organização econômica, social e territorial; por outro lado, em que pese a importância dessas iniciativas localizadas e embrionárias, por enquanto, na prática, grande parte do território amazônico permanece à margem do circuito produtivo nacional. (BECKER, 2010, p. 22)

A fronteira amazônica dialoga então com essas novas territorialidades da região que se apresentam a partir da influência da ação de diferentes grupos que transformam o espaço, territorialidades que segundo Becker, se expressa claramente com base em terras indígenas. Sendo assim, a fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam da interação de duas malhas territoriais de diferentes níveis, a malha sócio-política composta pelo espaço vivido construído pelos grupos sociais que concretamente se instalaram na fronteira, e a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho do Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas de limítrofe com outros países e áreas de conflitos com limites criados pela malha do espaço vivido (BECKER, 1988)

As políticas de desenvolvimento para a região tinham no vazio demográfico o argumento necessário para garantir a ideia de segurança nacional, fundamentando o discurso de conhecer o território, construindo desse modo, a representação de fronteira. Nesse cenário, as políticas desenvolvidas para um crescimento sustentável, situaram a Amazônia por seu significado como fonte de recursos naturais essenciais para

o homem e a sociedade, gerando assim uma representação de fronteira de valorização da biodiversidade, que consequentemente adotou medidas para efetivação de políticas para essa concepção.

Assim, uma leitura do processo de desenvolvimento da região amazônica a partir da perspectiva da fronteira, nos permite compreender como ocorre a transformação destes espaços, seus conflitos e os interesses envolvidos, em vista de que as novas territorialidades sejam reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável. O papel da fronteira para o desenvolvimento da região amazônica no contexto atual se firma no que tange o poder simbólico intelectual produzido por ele, pois, ela é uma representação construída pelo homem.

2.2 As fronteiras no município de Marituba: os problemas causados pelo aterro sanitário.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o município de Marituba é integrante da Região Metropolitana de Belém – RMB, tendo como extensão territorial de 111,09 km e possuindo a terceira densidade demográfica. É considerada cidade-dormitório, pois boa parte de seus habitantes trabalha em municípios próximos, especialmente na capital do Estado.

Ao que tange aos aspectos de sua constituição geográfica apresenta características naturais, destacando-se a sua hidrografia que atravessa uma extensão significativa de sua extensão territorial, e o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – REVIS. Criado através do Decreto nº. 2.211 de 30/03/2010 percorre a extensão da RMB. Sua área compreende 6.367.27 hectares,

abrangendo 6,3% da área total dos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará. O REVIS fica a 23 Km do município de Belém, com acesso realizado por via terrestre através do Km 14 da Rodovia Federal BR-316, seguindo por mais 4 Km pela chamada “Estrada da Pirelli”. A unidade de conservação possui como objetivo proteger ambientes naturais e conservar a parte restante de florestas primárias da RMB, garantindo processos ecológicos naturais aquáticos e terrestres. (IDEFLOR-BIO, 2017)

Em relação a constituição da economia do município, Marituba tem como principais atividades a agricultura, que em sua maioria atende ao consumo próprio do agricultor, a pecuária de criação de onde se destacam a criação de galos, frangos e pintos, rebanhos bovinos, suínos, equinos, caprinos, muares e asinino para manejo de leite e, no caso dos galináceos, para a comercialização dos ovos.

Em comparação ao que foi identificado no estudo de Silva e Tourinho (2017), no que se refere aos problemas relacionados as fronteiras municipais da RMB, questões administrativas de fornecimento, abrangência e gestão dos equipamentos públicos, e o próprio processo de urbanização, onde percebeu-se a inadequação da linha de fronteira traçada artificialmente o que ocasiona conflitos baseados nas definições de território, territorialidade e fronteira, permitem com que façamos inferências aos problemas relacionados as fronteiras no contexto atual do município de Marituba, especialmente, os relacionados ao avanço da ocupação populacional de espaços desse território, bem como os impactos socioambientais que o aterro sanitário implantado no ano de 2015.

Em vista de receber os resíduos sólidos produzidos na RMB, o aterro sanitário de Marituba está na seguinte localização conforme a **figura 1**,

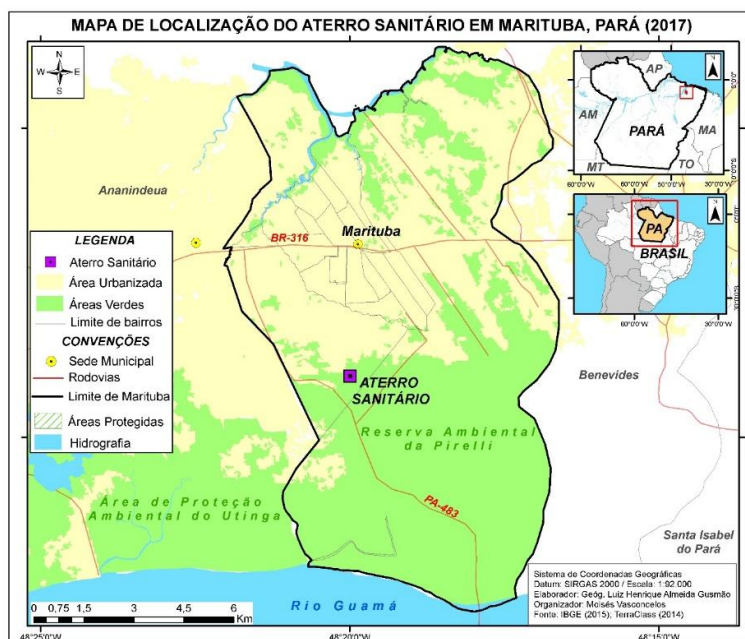


Figura 1: localização do aterro sanitário de Marituba

Fonte: Vasconcelos Junior; Corrêa, 2017, p. 07.

Como podemos observar, o aterro sanitário está situado entre duas fronteiras, uma de área urbana e outra de reserva ambiental. Os gestores do empreendimento receberam diversas autuações devido as irregularidades de implantação da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos – CPTR, constatadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, o que vem causando reivindicações da população que reclamam do mau cheiro e do derramamento do chorume que tem contaminado o solo e as águas do município. Os protestos dos movimentos sociais e segmentos da sociedade civil fundamentam-se e justificam-se a partir do que foi estabelecido em legislação como sendo o limite designado de proteção dos recursos naturais desse território, contudo, apesar do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, realizado pela empresa gestora do empreendimento apontar que seriam mínimos os impactos ambientais gerados pela implantação do aterro, na prática isso não se concretizou.

Outro fator de reivindicação de retirada do aterro sanitário do município de Marituba, diz respeito a proximidade de áreas urbanizadas. Contesta-se que o empreendimento foi implantado próximo a áreas habitáveis, principalmente de comunidades de povos tradicionais como os quilombolas, o que tem afetado a dinâmica de vida das pessoas, assim como, a economia local. De fato, ao que aponta o Relatório de Impactos Ambientais – RIMA, apresentado a SEMAS/PA, o aterro encontra-se na distância prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (2010), sendo seu acesso “[...] seguindo pela Alça Viária por uma distância aproximada de 4,0 km e daí, por acesso em estrada de terra por aproximadamente 600 metros até o limite da propriedade destinada à

implantação do empreendimento” (PARÁ, 2011, p. 09)

Entretanto, a discussão levantada a partir do conceito de expansão de fronteira, nesse caso na perspectiva do avanço dos limites urbano, quando dialogado com as problemáticas decorrentes do aterro sanitário de Marituba, podemos visualizar que a ocupação de vazios urbanos, principalmente nos formatos desordenados com assentos habitacionais cujas territorialidades não coincidem com os limites de expansão urbana e de área de preservação ambiental, e tais fatores foram desconsiderado no EIA da empresa gestora do aterro, uma vez que, os fenômenos sociais decorrentes da dinâmica territorial de ocupação, fatores econômicos e culturais das comunidades denominadas pelo projeto como Área do Entorno do Empreendimento – AEE, são elementos em constante movimento, nesse sentido, assim como outras cidades na RMB, Marituba tem-se apresentado em crescente aumento populacional e de ocupação do solo, sendo este último de forma irregular feito pela população de baixa renda.

De modo geral, esses espaços constituem alternativas para a população de baixa renda que necessita de moradia, porém não dispõe de renda compatível para a aquisição no mercado formal. Como se fazem de maneira informal, esses assentamentos não seguem diretrizes urbanísticas nem passam por processos de análise e aprovação por parte dos órgãos que controlam o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, o que faz com que só após suas implantações os problemas referentes aos limites se manifestem. (SILVA; TOURINHO, 2017, p. 10)

Nessa linha, assim como a periferia de Belém, os espaços de ocupação em Marituba com o decorrer do tempo e das

relações no campo social e econômico irão crescer em direção ao local onde atualmente encontra-se implantado o aterro sanitário da RMB, trazendo novamente como pauta de discussão para o poder público sobre o local mais adequado para o despejo final dos resíduos sólidos produzidos, e o seu papel em garantir que as fronteiras, principalmente as instituídas legalmente, sejam efetivadas para a garantia do desenvolvimento das cidades no contexto amazônico na perspectiva da sustentabilidade ambiental.

3. Considerações finais

No Brasil, a delimitação das fronteiras relacionou-se a construção dos elementos relacionados a dinâmica de nossa sociedade, e ao que se refere ao estabelecimento da fronteira amazônica temos sua constituição a partir do estabelecimento das crises internas no modo de produção dominante e das diferentes concepções para o uso do solo. Temos então a inserção da fronteira amazônica dentro de um contexto de expansão do capitalismo no Brasil, quando a produção industrial do Centro-Sul do país necessitava se expandir, sendo assim, a fronteira amazônica vai apresentar características próprias na forma como se implanta.

As ações governamentais e privadas tiveram papel fundamental na implantação da fronteira e de políticas regionais, sendo a Amazônia a região de expansão geográfica do capital, devido seu elevado potencial natural e político, disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor, porém, este processo apresenta como resultado custos sociais, que se manifestam na forma de diferentes conflitos, pois sua constituição envolve diferentes grupos sociais e suas diferentes formas de apropriação do espaço.

Uma leitura do processo de desenvolvimento na Amazônia a partir da perspectiva de incorporação da fronteira, nos permite compreender como ocorreu a transformação destes espaços, a forma como se estruturaram, seus conflitos e interesses envolvidos, o que facilita a construção de soluções para os problemas e conflitos, tão presentes nesta região, decorrente de novas territorialidades que expandem esses limites. O papel da fronteira para o desenvolvimento da região amazônica no contexto atual se firma no que tange o poder simbólico intelectual produzido por ele, pois, ela é uma representação construída pelo homem.

Ao analisarmos a questão da fronteira no caso de Marituba visualizamos que a territorialidade é um fator que encontra-se presente nos conflitos territoriais do município, potencializados após a implantação do aterro sanitário, local de despejo e tratamento dos resíduos sólidos da RMB.

Nota-se que a partir do funcionamento do empreendimento no município as discussões a respeito das fronteiras se intensificou, pois, em virtude dos impactos ambientais causados pelo aterro na fauna, flora e nos rios que atravessam esse território, bem como os reflexos percebido na economia local e saúde dos moradores que residem no entorno do aterro, temos posto o conflito onde tem-se a incompatibilidade entre os interesses que forçam principalmente limites estabelecidos para preservação de recursos naturais dessa localidade, assim como, no mesmo sentido temos a constituição de novas formas de uso do solo no município, formando, também, novas percepções do território.

Como agentes que influenciam essa expansão dessas fronteiras, temos a população por meio da dinâmica que se estabelece no município, a ação estatal e

privada, sendo estas duas últimas as que mais atuam no desenho desses limites. O caso da implantação do aterro de Marituba evidenciou a problemática dos resíduos sólidos que é um problema vivenciado em diversas cidades brasileiras, especialmente na região amazônica onde busca-se a redução dos impactos ambientais causados pela ação do homem.

Desse modo, o histórico do descarte dos resíduos sólidos na RMB tem seguido uma linha onde as soluções adotadas até o presente momento não deram conta da dimensão do lixo que é produzido diariamente nos cinco municípios que a compõe, pois a exemplo do antigo lixão do Aura, que foi encerrado devido aos impactos ambientais diretos e indiretos que estava ocasionando, e em vista de gestão municipal adequar-se ao que a PNRS (2010) estabelecia, sendo a criação do aterro em Marituba a resposta ao que a população demandou em seus protestos. Contudo, o que se percebe, em decorrência das inadequações do empreendimento, é que houve apenas a transposição dessa problemática de um território ao outro, nesse sentido, a concepção de fronteira tem sido reordenada a fim de atender aos interesses para solucionar o problema do descarte do lixo, mas em contrapartida visualizamos que essa readequação interfere na forma como a população compreende fronteira no território do município de Marituba, as territorialidades existentes nela, nas áreas de intervenção do estado, entre outras dinâmicas.

Referências

BECKER, B. Amazônia. Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. In: Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

_____. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica da Amazônia Brasileira. In: Fronteiras. Catherine Aubertin (org.), Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 60-89.

_____. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M.B. (Org.). Economia e Território. Minas Gerais: UFMG, 2005, p. 401-428.

CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteira e políticas. In: CADERNO CRH. Salvador, v. 25, n.64, p. 9-16. Jan/Abr, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Áreas territoriais do Brasil, Estados e Municípios Oficial 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm Acesso em: 8 Dez. 2017.

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio). Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia. Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/refugio-de-vida-silvestre-metropole-da-amazonia/> Acessado em: 8 Dez. 2017.

MARIN, R. E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. In: I SITREAMA. Belém, 2004.

NASCIMENTO, C. P.; BASTOS, A. P. V. O papel da fronteira no processo de construção socioespacial da Amazônia. Cadernos de Estudos Sociais, v. 18, p. 3-26, 2016.

PARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos – CPTR Classe II. Marituba/PA, 2011. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/documentos/relatorio-de-impacto-ambiental>. Acessado em: 8 Dez. 2017.

TRINDADE JR. Saint-Clair C. da. Grandes Projetos, Urbanização do Território e

Metropolização na Amazônia. Disponível em:
www.ceap.br/material/mat21092011193332.pdf
Acessado em: 08 de Dezembro de 2017.

SACK, R. D. Human Territoriality: its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, M. L. da; TOURINHO, H. L. Z. Território, Territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. In: Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2017.

VASCONCELOS JUNIOR, M. R.; CORRÊA, R.

do S. da S. Resíduos Sólidos urbanos e Sustentabilidade: desafios da implantação do aterro sanitário de Marituba – PA. In: 1º ERESPP semiárido. Pau dos Ferros - rio grande do norte, 2017. Disponível em:
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/erespp/resumo.php?idtrabalho=10> Acessado em 10 Dez 2017.

Recebido em 2018-06-15
Publicado em 2018-09-18